A adesão em causa produz efeitos a partir de 7 de Junho de 1960 e é válida também para as províncias ultramarinas.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 16 de Julho de 1960. — O Director-Geral Adjunto, *Albano Nogueira*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, conforme comunicação do secretário-geral da Organização da Aviação Civil Internacional ao representante do Governo Português no Conselho daquela Organização, o Acordo multilateral relativo aos direitos comerciais dos serviços aéreos não regulares europeus, concluído em Paris em 30 de Abril de 1956 e de que Portugal depositou o instrumento de ratificação em 17 de Outubro de 1958, foi ratificado pela Bélgica, tendo o instrumento de ratificação sido depositado em 22 de Abril de 1960, e que a Inglaterra depositou o seu instrumento de adesão em 11 de Janeiro de 1960.

Em relação à Bélgica, o Acordo entrará em vigor em 22 de Julho de 1960, e em relação à Inglaterra entrou em vigor em 11 de Abril de 1960.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 19 de Julho de 1960. — O Director-Geral Adjunto, *Albano Nogueira*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 43 092

Considerando que foi adjudicada a António Tavares de Oliveira a empreitada de construção de uma dependência para a estação automática e depósito de material dos correios, telégrafos e telefones das Furnas (Açores);

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 180 dias, que abrange parte do ano de 1960 e do de 1961;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com António Tavares de Oliveira para a execução da empreitada de construção de uma dependência para a estação automática e depósito de material dos correios, telégrafos e telefones das Furnas (Açores), pela importância de 148 000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 90 000\$ no corrente ano e 58 000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1961.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Decreto-Lei n.º 43 093

O Governo Central providenciou relativamente às necessidades de ensino técnico profissional da província ultramarina de Macau por meio do Diploma Legislativo Ministerial n.º 6, ali publicado em 28 de Junho de 1952.

Ficou então solucionado o problema pelo que respeita ao ensino comercial, em condições que a experiência dos anos desde então decorridos permite considerar de feliz êxito. Era aquele ramo de ensino que na verdade se mostrava carecedor de atenções mais urgentes, segundo a feição das actividades económicas então predominantes na província.

Já porém ao tempo se haviam considerado as necessidades relativas ao ramo industrial, como expressamente ficou registado nas considerações preambulares do mencionado diploma ministerial: aguardar-se-ia que o Colégio D. Bosco fosse convenientemente dotado de instalações para se lhe confiar aquele género de ensino.

Continua-se presentemente a pensar que as condições da província e a prestigiosa tradição que ali enraizou a corporação missionária salesiana aconselham a solução que se anteviu em 1952.

Em parte com apoio financeiro oficial, o referido Colégio está já equipado em termos de poder funcionar como estabelecimento de ensino industrial, a cujos estudos se pode atribuir validade oficial. Desta maneira, a província fica dotada com um género de ensino que muito interessa nas suas actuais circunstâncias económicas.

Nestes termos:

Com o parecer favorável da Junta Nacional da Educação, homologado pelo Ministro da Educação Nacional;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reconhecida validade oficial aos exames legalmente previstos nos cursos profissionais, do ramo industrial, ministrados pelo Colégio D. Bosco, instituto de ensino missionário existente na cidade de Macau.

§ único. A validade a que se refere este artigo é a que as leis e mais resoluções competentes atribuem aos cursos regulados pelo Estatuto do Ensino Profissional, constante do Decreto n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948.

Art. 2.º O Colégio D. Bosco ministrará, além do ciclo preparatório, os cursos profissionais e as secções preparatórias para os institutos industriais e para pintura e escultura das escolas de belas-artistas, seguindo rigorosamente os planos e programas oficiais.

Art. 3.º Para os alunos dos cursos a que se refere o artigo antecedente haverá inscrição anual referente à abertura e encerramento de matrícula na secção dos serviços de instrução.

§ 1.º Não poderão ser admitidos a exame os alunos que não tiverem realizado a inscrição de abertura de matrícula, em obediência a este artigo.

§ 2.º Será cobrada, por meio de estampilha fiscal, na abertura e no encerramento da matrícula, a propina que for fixada pelo governo da província em portaria.

Art. 4.º Sem prejuízo da função de inspecção prevista na lei, o governador da província de Macau poderá encarregar um funcionário técnico de sua escolha de visitar com regularidade o Colégio D. Bosco e verificar o cumprimento do disposto no artigo 2.º, atribuindo ao mesmo funcionário gratificação adequada,